

A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO AO LONGO DO SÉCULO XIX — UMA PERSPECTIVA GLOBAL

MARIA LUIS ROCHA PINTO*

TERESA RODRIGUES*

A produção historiográfica portuguesa tem nos últimos anos alargado a temática e as perspectivas de abordagem a determinados aspectos tradicionalmente votados para segundo plano. Referimo-nos, entre outros, aos ligados à história da população e seus comportamentos demográficos, capítulo introdutório necessário (e quantas vezes tornado fastidioso) a estudos com objectivos diversos. Neste vazio alguns trabalhos se destacam, nomeadamente a tentativa de síntese sobre a evolução dos efectivos populacionais levada a cabo por João Evangelista, em 1971, ou o livro de Joel Serrão sobre as fontes da demografia portuguesa, vindo a lume em 1973.

Apesar destes contributos, são incompletas e confusas as sínteses disponíveis, sobretudo para períodos anteriores à realização do primeiro recenseamento geral em 1864.

E se hoje vários trabalhos permitem fazer uma ideia aproximada dos ritmos e características demográficas do Portugal moderno, permanecem em aberto inúmeras questões quanto às épocas pré e proto-estatísticas, não tanto pela escassez das fontes, como pela necessidade de criticar e corrigir os dados existentes. Este procedimento é tanto mais importante quanto pior a qualidade dos dados com que trabalhamos. A complexidade das fontes exige, para que sejam comparáveis, o conhecimento e aplicação de técnicas com um grau de sofisticação relativo, que nem todos os que se propõem estudar a população portuguesa possuem.

* Universidade Nova de Lisboa.

Nota: Este artigo foi também publicado na Revista *Forum Sociológico*, nº 3, IEDS, Lisboa, 1993, pp. 145-172.

Sem termos a pretensão de colmatar as graves lacunas que impedem um completo conhecimento desse evoluir, propomo-nos neste estudo sistematizar cronologicamente as informações dispersas que, numa primeira fase dum projecto a médio prazo se nos depararam com maior hipótese de fiabilidade⁽¹⁾.

A análise do século XIX implica duas fases distintas de abordagem, que correspondem à passagem da era proto-estatística à da estatística moderna, com início em 1864. Estando este século tão próximo são, no entanto, relativamente pouco conhecidos a sua população e comportamentos demográficos. Citam-se alguns valores, muitas vezes obtidos em segunda mão, e nem todos os investigadores procuram ler e criticar correctamente as fontes que utilizam, na medida em que a multiplicidade da produção de dados estatísticos desta época confunde e torna difícil discernir as fontes originais e o seu grau de fidelidade.

No quadro que pretendemos traçar seguiremos apenas o evoluir do Continente. Duas razões o justificam: a existência de um maior volume de informação e a desnecessária inclusão do elemento perturbador que as ilhas podem constituir, dada a sua muito peculiar evolução. Não teria cabimento utilizar uma rede mais apertada, já que as questões que levanta a variação dos contornos administrativos do espaço nacional ao longo do Século exige um tratamento de pormenor. Esta abordagem só poderá ser realizada depois de retomarmos a escala paroquial e reconstituirmos os grandes núcleos, tornando-os assim comparáveis durante um período longo.

Desta forma, tentaremos descrever e analisar sumariamente as fontes existentes, para em seguida considerarmos a evolução dos valores globais e a estrutura populacional subjacente. Ao primeiro aspecto será dado maior relevo, por ser habitualmente o menos referido.

Descrição e Análise Crítica das Fontes Disponíveis

Este ponto encontra-se subdividido em dois blocos distintos. O primeiro parte da observação dos valores da população do Continente, que constam do Anexo 1, e consiste na sua crítica formal. Os Gráficos 1 e

2 representam todas as informações seleccionadas, que ordenámos segundo a cronologia que nos pareceu correcta.

Fogos e população evoluem de forma semelhante, mantendo-se quase estáveis ou com ligeiras oscilações negativas até 1835-1836, para subirem depois, de forma lenta até 1864 e progressivamente acelerada até final do Século. À partida parecem maiores as dúvidas quanto ao valor do número de fogos, como transparece das sobreposições gráficas, mas estas também decorrem do facto de dispormos de mais informações para esta variável. Com algumas discrepâncias, sobretudo no primeiro quartel de XIX, a tendência é, no entanto, bem definida.

O mesmo não se pode dizer quando descemos ao pormenor dos quantitativos adiantados. A leitura atenta da documentação apenas introduz uma margem de erro, que à distância dificilmente poderemos medir, mas para a qual podemos adiantar os factores principais.

a) Datação

É o primeiro obstáculo com que depara quem tente sistematizar os cálculos realizados. Raras vezes conhecemos com rigor a data do levantamento efectuado e o tempo decorrido entre a fase de recolha e a publicação, uma vez que famílias, fogos, vizinhos ou indivíduos não contavam em si, mas apenas enquanto indispensáveis para a realização de determinados fins, fossem estes fiscais, administrativos ou eleitorais. Muitas vezes perdia importância a rigorosa datação dos valores adiantados, tanto mais que a morosidade da sua recolha e consecutivo tratamento implicava uma discrepância temporal que não importava nem convinha divulgar.

Tal atitude face aos dados demográficos está amplamente exemplificada nos *Diários de Governo* e em outras colecções de legislação, onde os mesmos quantitativos são repetidos com vários propósitos em anos diversos, sem que seja tentada a sua actualização ou, pelo menos, sejam indicados os anos de referência.

b) Entidade Emissora

Este segundo aspecto tem vários cambiantes, que podem explicar a multiplicidade e sobreposição de valores distintos referidos para o mesmo ano.

As causas deste fenómeno prendem-se com a multiplicidade dos organismos responsáveis pelos levantamentos efectuados (sobretudo a partir dos anos 30), uma vez que várias secretarias mantiveram núcleos ligados à estatística e regularmente divulgavam dados sobre a população portuguesa.

O rigor obtido por cada uma destas instituições não só dependia da sua capacidade efectiva (em termos de número de funcionários, de meios financeiros e de implantação local) para proceder ao levantamento exaustivo, como ainda podia variar com os objectivos da recolha. Observa-se que alguns numeramentos, nomeadamente os eleitorais, contêm erros por excesso ou defeito, que traduzem interesses conjunturais; noutras alturas era mais importante o cômputo dos fogos que o dos habitantes ou vice-versa e não é raro o crítico deste tipo de fontes detectar valores estimados, mas que só muito raramente são dados como tal.

Outro factor de erro é introduzido pelas populações sujeitas ao arrolamento. Ignorância, medo ou “malícia”⁽²⁾ conjugam-se, levando a tentativas de fuga à contagem, menos grave no que toca aos fogos ou número de famílias, mais acentuada no que respeita ao número de habitantes. No entanto, essas omissões voluntárias raramente são generalizadas, concentrando-se, por exemplo, em certos grupos etários (homens em idade de recrutamento) ou em certos escalões económicos (levantamentos com objectivos fiscais *per capita*).

c) Crítica Formal

O pouco rigor quantitativo permite com facilidade a introdução de arredondamentos que, mesmo quando não são assinaláveis em termos globais, introduzem à escala local pequenas discrepâncias. A soma de todos esses erros arrisca-se a alterar o valor nacional final.

Outro problema que surge com frequência é originado pelo facto

de certas categorias sociais (como os eclesiásticos e militares) serem contabilizados separadamente sem que as fontes refiram se foram ou não incluídos nos cálculos globais. A questão coloca-se nos cadastros efectuados no princípio da Centúria e determina um erro significativo, considerando as características da sociedade portuguesa no dealbar de Oitocentos.

Uma terceira questão se levanta a partir das declarações incorrectas dos indivíduos inquiridos, já não ao nível da contagem global, mas quando procuramos conhecer a estrutura etária da população, dado que têm expressão na qualidade dos dados sobre os vários grupos de idade. Exemplo deste tipo de erro é o arredondamento para números terminados em zero ou cinco nas declarações de idade.

Igualmente gravosa em termos absolutos é a utilização de certos conceitos básicos, sem que muitas vezes seja claro o seu significado. Assim, a referência a fogos, famílias ou casas e a almas, habitantes, indivíduos, população legal, residente, de facto. Se a partir de 1864 é possível conhecer e eventualmente corrigir e tornar comparáveis os dados coligidos, outro tanto é inviável para datas anteriores, excepto no caso do numeramento de 1801.

Assim, de acordo com os factores acima apontados, podemos dividir a qualidade da informação disponível sobre os quantitativos populacionais portugueses no século XIX em quatro grandes períodos cronológicos:

a) Recenseamentos de 1801 e 1802

Anteriormente a estas datas nenhuma tentativa séria foi concretizada no sentido de avaliar a população global, embora se devam referir os Inquéritos Paroquiais do séc. XVIII, nomeadamente o de 1758, que, apesar das suas lacunas, tentaram várias vezes levantamentos exaustivos, criando nos eclesiásticos um conhecimento que lhes permitiu desempenharem com relativa segurança os levantamentos do início do Século.

De modo geral, apenas o número de fogos era contabilizado, sendo o volume de população estimado, quer a partir de valores que não eram recolhidos segundo critérios homogéneos pelas autoridades eclesiásticas,

militares ou administrativas, quer através da utilização de um coeficiente multiplicador dos fogos para a obtenção do total de efectivos.

Desta forma, os anos de 1801 e 1802 constituem, em termos de estatística da população, um virar de página extremamente significativo, com a realização dos dois numeramentos, através dos quais se tentou uma primeira avaliação nacional segundo critérios normalizados.

Da iniciativa do Estado, ambos foram de responsabilidade eclesiástica, reconhecendo-se que só a Igreja poderia empreender semelhante tarefa a nível local, embora munida das necessárias instruções de preenchimento para assegurar a uniformidade de respostas. A grande figura de todo este processo é Rodrigo de Sousa Coutinho⁽³⁾.

b) De 1802 aos anos 20

Vários levantamentos foram tentados, sobretudo quanto ao total de fogos existentes, sendo maioritariamente de responsabilidade militar e semelhantes aos efectuados no final de Setecentos, mas que adquiriam agora um carácter exaustivo e nacional.

Duas grandes figuras se destacam no seu labor relativamente ao conhecimento da população: Marino Miguel Franzini e Adrien Balbi. O primeiro foi o impulsionador e organizador dos levantamentos, cabendo-lhe a preparação das bases demográficas de suporte à formação das Cortes Constituintes. Até à década de 40 ele continuará a liderar os esforços estatístico-demográficos. O segundo distinguiu-se como analista, crítico e estudioso da população portuguesa.

É deste período a tentativa de recolher anualmente, junto dos párocos, o movimento de nascimentos, óbitos e casamentos, o que foi conseguido pelo menos entre 1815 e 1819, como demonstram os totais publicados por Franzini no *Almanach Portuguez* de 1826. No entanto, a fidelidade dos quantitativos apresentados não será grande a nível nacional, dado que todos os números terminam em zero ou cinco.

c) De 1820 às vésperas do primeiro recenseamento moderno

Até à consolidação do regime liberal não se verificaram grandes alterações nos métodos, existindo mesmo um período de mais de uma década em que não foi efectuado qualquer computo de fogos ou habitantes.

A partir de meados dos anos 30, as preocupações estatístico-demográficas voltam a aumentar, passando-se imperceptivelmente do domínio religioso e militar ao civil, no seio de um enquadramento mais vasto, que se pretende ser o europeu, embora se efectue com razoável atraso, recuperado apenas com o recenseamento de 1890.

Período de características complexas, nele se assiste a avanços e recuos no processo de implantação de um serviço centralizado de estatística, sendo diversos os ministérios envolvidos nessa recolha. Só em 1859 todos os trabalhos estatísticos passam a efectuar-se na Repartição Geral de Estatística do Ministério das Obras Públicas, que será responsável pelo recenseamento de 1864.

Como se pode ver no Quadro do Anexo I, são muitos os cálculos deste período, os quais reflectem níveis de qualidade variável, a que não são alheios as conjunturas e os objectivos diversificados, que foram presidindo à execução dos levantamentos.

d) De 1864 a 1900

É a época dos recenseamentos modernos, de razoável fidelidade, feitos nos moldes dos realizados nos demais Estados europeus.

Assiste-se durante estes anos a melhorias progressivas, quer quanto à qualidade dos resultados apurados, quer quanto à diversidade das variáveis consideradas no inquérito, quer ainda quanto à rapidez do levantamento, tratamento e divulgação das mesmas.

O III^o Recenseamento Geral da População, referente a 1 de Dezembro de 1890, marca sob muitos aspectos a verdadeira passagem à fase da estatística moderna no campo da demografia portuguesa.

Evolução dos Valores Globais e Estrutura Populacional

Na perspectiva em que nos colocamos, a primeira condição para podermos avaliar os quantitativos e modo ou ritmo de crescimento da população do Continente depende de vários controles prévios à qualidade dos dados. Só assim poderemos seleccionar os que apresentam maior coerência entre si e com a realidade.

Uma forma imediata de testar a fiabilidade dos valores pode ser feita para os anos em que dispomos de estimativas sobre o número total de fogos e de habitantes, consistindo no cálculo da dimensão média dos fogos.

Como podemos observar no Quadro 1, para alguns anos obtiveram-se diversos valores para a dimensão média dos fogos, por existirem cálculos diferenciados do número de fogos ou habitantes. O conjunto dos resultados revela uma certa homogeneidade, exceptuando o último valor dos anos de 1801, 1819 e 1838, bem como o de 1841. As médias do número de habitantes por fogo que surgem primeiro em cada ano revelam uma certa coerência, o que parece derivar dos quantitativos utilizados para os habitantes excluírem certos grupos, como religiosos, militares e estrangeiros, contabilizados separadamente. Só a partir de 1864 estes surgem nos levantamentos globais. Assim, as dimensões médias que estamos a excluir apenas são comparáveis com os resultados posteriores ao primeiro recenseamento moderno. O valor de 1854 será também de anular, por ser incompatível com a série e não vislumbrarmos qualquer razão para o declínio da média de habitantes por fogo. Deste modo, embora à partida eles nos forneçam uma ordem de grandeza mais correcta, só os poderemos considerar como valores absolutos, não susceptíveis de confrontação com os restantes quantitativos adiantados até 1864.

Quadro 1 — Dimensão média dos fogos do Continente (1801-1900)

Anos	Hab./Fogo	Anos	Hab./Fogo
1801	3,84 ⁽¹⁾ ; 3,87 ⁽²⁾ ; 3,97 ⁽²⁾	1854	3,80 ⁽²⁴⁾
1811	3,84 ⁽³⁾	1857	3,87 ⁽³³⁾ ; 3,80 ⁽³⁾
1819	3,89 ⁽¹²⁾ ; 3,94 ⁽¹³⁾	1858	3,78 ⁽²⁴⁾ ; 3,87 ⁽³⁾ , ⁽³⁴⁾
1821	3,89 ⁽³⁾	1861	3,81 ⁽³⁾ , ⁽³⁴⁾
1835	3,87 ⁽¹⁹⁾ ; 3,87 ⁽²⁰⁾	1862	3,81 ⁽³⁾
1836	3,87 ⁽²¹⁾ ; 3,84 ⁽²²⁾	1864	4,00 ⁽³⁾
1838	3,89 ⁽²⁴⁾ ; 3,95 ⁽²³⁾	1878	4,00 ⁽³⁷⁾
1841	4,04 ⁽²⁴⁾	1890	4,04 ⁽³⁸⁾
1851	3,87 ⁽²⁴⁾ , ⁽³⁰⁾	1900	4,16 ⁽³⁹⁾

Nota: Os números entre parênteses correspondem à fonte utilizada e citada no Anexo I.

Entre 1801 e 1862, a dimensão média dos fogos no Continente manteve-se em torno dos 3,87 habitantes. Algumas discrepâncias em relação a este resultado, a serem de considerar, explicam-se por determinadas conjunturas adversas, nomeadamente 1811 (invasões francesas, epidemia de tifo) ou 1861 (na sequência dos surtos de cólera e febre amarela no final da década de 50).

No Quadro do Anexo I considerámos ainda certos cálculos apresentados em levantamentos que apenas se interessaram por conhecer o número de indivíduos, mas que, confrontados com os restantes valores da série, eram aceitáveis.

Por outro lado, a escolha das informações que retivemos foi feita considerando datas suficientemente espaçadas para permitirem uma perspectiva evolutiva. Assim, rejeitámos valores cronologicamente seguidos, como 1819 e 1820, 1835 e 1836, 1857 e 1858 ou 1861 e 1862, optando-se por aquele que em cada caso nos pareceu mais plausível.

Esta triagem fez-se também pela análise das taxas de crescimento anual médio. No Quadro 2 apresentam-se apenas os valores que retivemos, dado termos excluído os totais apontados para 1838, 1841 e 1857. Esta selecção foi feita porque, para além das razões atrás assinaladas, as taxas

de crescimento anual médio entre 1835-38 e 1838-41 surgiam demasiado elevadas para a época. Pela mesma razão excluimos a taxa do período de 1851-57, próxima de 1%, valor pouco consentâneo anos marcados por conjunturas desfavoráveis. O crescimento anual de 1,21% entre 1861 e 1864 resulta de um salto qualitativo na informação.

Quadro 2 - Taxas de Crescimento Anual Médio no Continente (1801-1900)

Anos T.C.A.M. (%)	Anos T.C.A.M. (%)
1801/1811 0,12	1851/1861 0,62
1811/1819 0,43	1861/1864 1,21
1819/1821 0,21	1864/1878 0,59
1821/1835 0,08	1878/1890 0,94
1835/1851 0,79	1890/1900 0,75

Justifica-se neste ponto uma observação quanto aos dados que sucessivamente temos vindo a seleccionar. O recenseamento de 1864 contém um capítulo introdutório, que referencia muitas das informações por nós levantadas. Também o recenseamento de 1890, na sua parte retrospectiva, inclui a evolução do século XIX seleccionando apenas um valor anual. Dadas as preocupações gerais de rigor deste censo e o facto da escolha apresentada ter sido feita numa data muito mais próxima do período em causa, permitindo por consequência um conhecimento coevo das fontes primárias, socorremo-nos com frequência dessa síntese como orientação para a nossa própria escolha.

No Quadro 3 sintetizamos por fim toda a informação a reter, que nos permite traçar o Gráfico 3. (Anexo II)

Quadro 3 — Valores seleccionados sobre a evolução populacional

Anos	Habitantes	Anos	Habitantes
1801	2912673	1851	3471199
1811	2877071	1861	3693362
1819	3013900	1864	3829618
1821	3026450	1878	4160315
1835	3061684	1890	4654095
		1900	5016267

Tentando ainda completar a informação contida no Quadro 3, diremos que é bastante provável que entre 1801 e 1811 tenha existido um período de crescimento lento da população antes do declínio provocado pelas invasões francesas, o que significaria que o decréscimo registado em 1811 teria sido mais abrupto.

As opções que fizemos poderão ser contestadas tanto quanto outras por que tivéssemos optado, embora as tenhamos feito conjugando o máximo de parâmetros disponíveis, de forma a obtermos uma evolução populacional verosímil para o século XIX.

Aspectos da Estrutura Populacional Portuguesa

Algumas considerações se nos oferecem sobre a estrutura etária da população portuguesa, que só conhecemos em 1801, 1864, 1878, 1890 e 1900, datas dos recenseamentos gerais com informação sobre sexo e idade.

A primeira questão que se coloca é a da comparabilidade dos resultados, uma vez que os grupos de idade considerados variam entre 1801 e 1864 e entre 1864 e 1878 e os de 1890 e 1900. Só depois de compatibilizadas as estruturas (Gráficos 4 a 8 — Anexo II) controlámos a qualidade global dos dados censitários. Existem métodos de avaliar essa informação, quer por grupos de idade, quer por sexos, dos quais o mais conhecido e por nós utilizado é o Índice Combinado das Nações Unidas ⁽⁴⁾. Em relação aos recenseamentos portugueses oitocentistas os resultados foram os seguintes:

1801	—	16,6
1878	—	62,3
1900	—	31,4
1864	—	74,9
1890	—	32,7

A boa qualidade obtida pelo censo de 1801 deriva das sucessivas correcções que introduzimos, mas os valores dos recenseamentos de 1890 e 1900 resultam da efectiva melhoria nas formas de recolha e tratamento dos dados.

A leitura comparada das pirâmides de idades e dos gráficos das relações de masculinidade (Gráficos 9 a 13 — Anexo II) nos sucessivos grupos etários⁽⁵⁾ permite perceber com maior clareza os diferentes níveis de qualidade censitária, pelos quais são responsáveis múltiplos factores. Já oportunamente referimos a atracção por determinadas idades, nomeadamente as terminadas em zero a partir dos 40 anos, que causam os picos observados nos grupos onde se inserem. Também o factor migratório que desequilibra as relações de masculinidade logo a partir dos 15 anos, determina um pior resultado do I.C.N.U. Este fenómeno é visível em 1801, mas evidencia-se nos censos posteriores, dada a intensificação do fenómeno emigratório ao longo de Oitocentos.

Tentando uma abordagem sucinta da estrutura por idades, apresentam-se no Quadro 4 as proporções de jovens e idosos nos diversos recenseamentos.

Os quadros com a estrutura por grupos quinquenais e sexos surgem no Anexo II.

QUADRO 4 — Proporção de Jovens e Idosos no Continente (1801-1900)

Anos	0 - 19 (%)	60+ (%)
1801	41,9	7,7
1864	40,8	7,9
1878	41,3	8,0
1890	42,4	9,9
1900	43,3	9,4

Como podemos verificar, o peso dos jovens é relativamente estável, quando comparamos 1801 e 1864. A partir dessa data os valores crescem, atingindo no final do Século 43,3% dos recenseados. Em 1900, os maiores de 60 anos representavam perto de um décimo da população total, o que traduz um crescimento desse grupo da ordem dos 25% no século XIX. O fluxo emigratório, que leva para fora do País parte da população adulta em idade activa, processa-se em simultâneo com um ligeiro decréscimo dos níveis de mortalidade geral. Esta dupla ocorrência é responsável por um relativo rejuvenescimento na base e por um progressivo envelhecimento no topo da pirâmide etária.

Resta-nos apenas sintetizar as duas perspectivas que nortearam este texto. A primeira, e mais imediata, partiu da análise qualitativa de todas as fontes detectadas. Tornaram-se assim evidentes os problemas de datação e fiabilidade comparativa das diferentes fontes, permitindo-nos uma primeira eliminação de dados repetidos ou referenciados a datas incorrectas. A segunda perspectiva de abordagem, de tipo quantitativo, baseou-se na aplicação de vários testes elementares de controle à qualidade dos dados. Eliminámos, deste modo, mais algumas das avaliações divulgadas, por não serem razoáveis no contexto demográfico de Oitocentos. Por fim, tecemos breves considerações às características da estrutura populacional do Continente, chamando a atenção para factores de vária ordem que, de alguma forma, alteraram a composição dos efectivos, com destaque para a influência da emigração, principal responsável pelo progressivo envelhecimento no topo da pirâmide etária.

Através destes breves apontamentos esperamos de alguma forma ter contribuído para uma melhor percepção da quantidade e qualidade das fontes disponíveis, para quem se proponha estudar a evolução dos efectivos populacionais do Continente ao longo do século XIX.

Julho 1991

NOTAS

(1) Foram posteriormente desenvolvidos dois métodos diferentes de efectuar o ajustamento dos valores censitários, tornando-os compatíveis e esbatendo algumas das suas deficiências de qualidade. Sobre este assunto veja-se Teresa Rodrigues, *Lisboa no Século XIX. Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, Tese de Doutoramento, F.C.S.H. - U.N.L., Lisboa, 1993 (Parte I, Cap. 2) e Maria Luís Rocha Pinto, *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos Séculos XVIII e XIX na Região de Castelo Branco*, Tese de Doutoramento, F. C. S. H. - U. N. L., Lisboa, 1994 (Parte I, Cap. 3).

(2) A propósito das razões que levavam os povos a reagir negativamente às tentativas de contagem censitária refere, logo no início do Século, o pároco da freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa: "Neste caso he muito falivel o Mappa, assim como todos, pois que as noticias não são de ordinario fidedignas: algumas Pessoas encobrem a idade, outras não sabem, e por este modo não se sabe de certo, ou pela malicia, ou pela ignorancia". (A.H.P.A.R., *Comissão de Estatística*, Caixa 106, doc. 52).

(3) Sobre todo este sub-período veja-se Fernando de Sousa, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*; dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada na Faculdade de Letras da Univ. do Porto, Porto, 1979 (policopiado).

(4) A explicação do método, seus objectivos e resultados encontra-se, entre outros, em Manuel Nazareth, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pp. 191-192. Os resultados variam de 0 a 20 para censos de boa qualidade, de 20 a 40 para os de má qualidade e de 40 ou mais para os de muito má qualidade.

(5) Relação de Masculinidade = $H/M \times 100$.

BIBLIOGRAFIA

- Balbi, Adrian, *Variétés Politico-Statistiques sur la Monarchie Portugaise*, Paris, Rey et Gravier, Libraires, 1822.
- Balbi, Adrian, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris Rey et Gravier, Libraires, 1822.
- Beça, José A. F. de Madureira e Vilaça, António Eduardo, *Relatório que antecede o Censo da População do Reino de Portugal — no 1º de Dezembro de 1890*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.
- Castro, Lourenço de Mesquita Pimentel Sotto-Maior (L.M.P.S.M.C.), *Mappa Chronologico do Reino de Portugal e seus Dominios*, Lisboa na Impressão de J. B. Morando, 1815.
- Carqueja, Bento, *O Povo Português, Aspectos Sociais e Económicos*, Lello e Irmão Ed., 1916.
- Carrilho, Maria José, “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864 — 1981: evolução global do continente português” in *Estudos Demográficos* nº 30 (1991), I.N.E., Lisboa, 1991.
- Cónim, Custódio N. P. S., *Algumas características sobre a qualidade dos dados censitários — Recenseamentos da População (1864-1970)*, Estudos nº 57, I.N.E., Lisboa, 1980.
- Evangelista, João, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Centro de Estudos Demográficos, I.N.E., Lisboa, 1971.
- Franzini, Marino Miguel, “Notícias Estadísticas sobre a extensão e população do Reino de Portugal, e Ilhas do Oceano Atlântico”, in *Almanach Portuguez — Anno de 1826*, Lisboa na Impressão Regia.
- Marreca, António d'Oliveira, *Parecer e Memória sobre a Proposta, que apresentou o Sr. Alexandre Herculano, para que a secção de sciencias economicas e administrativas redigisse Um Projecto de Estadistica*, Typographia da Academia, Lisboa, 1854.
- Pereira, Miriam Halpern, “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX” in *Análise Social* nº 25/26, Lisboa, 1969.

Serrão, Joel, *Demografia Portuguesa — Fontes de demografia portuguesa 1800 — 1862*, Col. Horizonte nº 19, Livros Horizonte, Lisboa, 1973.

Silbert, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 3 Vol., 2ª edição, I.N.I.C., Lisboa, 1978.

Sousa, Fernando de, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, 1979 (policopiado).

Torres, José de, "Apontamentos do que contem que mediata ou imediatamente respeite à Estatística — Diário do Governo 1834-1860" de facto até 1872. Manuscrito, B.N.L. (R) Cx. 30 nº 79.

Anexo I

**Informações sobre a População do Continente
no Século XIX**

Data	Fogos	Habitantes
1801	758086 ¹ 758500 ²	2912673 ¹ 2931930 ² 3011000 ²
1805	760402 ³ 756267 ⁴	
1807		3199000 ⁵
1811	749524 ³	2877071 ^{6, 3}
1814		2959000 ⁷
1815	732105 ⁸ 742215 ⁹ 729056 ¹⁰ 759763 ¹¹	
1819	765395 ¹²	2978570 ¹² 3013900 ¹³
1820	791633 ¹⁴ 791625 ³ 796687 ¹⁵	
1821	765210 ¹⁶	3026450 ¹⁷
1822		3173000 ¹⁸
1835	791492 ^{19, 3} 791747 ²⁰	3061684 ¹⁹
1836	784629 ²¹ 791938 ²²	3038865 ²¹
1838	817251 ^{23, 3} 827947 ^{24, 3}	3224474 ^{24, 25}
1840	828161 ^{26, 3}	
1841	840928 ^{27, 24, 3}	3396972 ^{24, 28}
1842	847343 ^{28, 3}	
1843		3444000 ²⁸
1847	853740 ^{29, 3}	
1849		3473758 ²⁸
1850		3471199 ²⁸

1851	896010 ³⁰	3471199 ²⁴
	895109 ³¹	
1852	896284 ³	
1854	919947 ^{24, 3}	3499121 ^{24, 32}
1856	922653 ³	
	925908 ³	
1857	922643 ³	
	938646 ³³	3568895 ³³
1858	949075 ²⁴	3584577 ³⁴
	926452 ³	
1859	924897 ³	
1861	968652 ³	3693362 ³⁵
1862	988243 ³	3762722 ³
1864	958201 ³	3829618 ³⁶
1878	1040565 ³⁷	4160315 ³⁷
1890	1151609 ³⁸	4654095 ³⁸
1900	1205782 ³⁹	5016267 ³⁹

1. Sousa, Fernando de, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, 1979.
2. Valores de Balbi nas *Variétés...*; o valor dos fogos e dos habitantes fazem pensar se Balbi não terá utilizado o valor de 1802, cujos totais hoje se desconhecem, por faltar parte dele, como comprova F. Sousa; o último valor dos habitantes corresponde a uma correcção de Balbi, no *Essai Statistique...*, introduzindo ao primeiro valor 20.000 habitantes em Lisboa (que considera subestimada), 24.000 militares de terra e mar e ainda 35.000 religiosos.
3. Valor apontado no recenseamento de 1864.
4. Valor transcrito por Joel Serrão na sua obra *Demografia Portuguesa* e correspondendo aos dados fornecidos por Cândido José Xavier nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, T. X, Paris, 1820, pp. 168 e 169. Valor utilizado igualmente por Balbi.
5. Balbi — *Variétés...* p. 74, deduzido a partir dos fogos de 1805.
6. In Recenseamento de 1890. Este valor, tal como todos os outros que referenciamos a este recenseamento, sem ser o próprio, estão inseridos no relatório que antecede o recenseamento, da responsabilidade da Repartição de Estatística Geral e subscrito por José A. F. de Madureira Beça e António Eduardo Vilaça. O valor aqui inserido consta de uma nota na página LXVII, para suportar a afirmação feita no texto de que entre 1801 e 1835 a população portuguesa “estacou naturalmente por vezes, se é que não cedeu o lugar a diminuições temporárias;”.
7. Balbi, *Variétés...*, pag. 74, estimado para o final do ano de 1814, com base no levantamento dos fogos de 1815.
8. Balbi — *Variétés...*, pag. 74, dizendo que foi feito pelas autoridades militares, mas que não é coincidente com o valor de Franzini que está abaixo.
9. Valor de Franzini in “*Almanach Portuguez — Anno de 1826*”. Para além deste valor e do 1819 que indicamos abaixo surgem ainda os valores dos fogos para 1816 — 749.600, 1817 — 756.105 e 1818 — 760.925.
10. Valor indicado por Joel Serrão em *Demografia Portuguesa* e constante do *Almanach das Ordenanças em o ano de 1815*. Segundo Joel Serrão é

provável que este valor, referido e publicado em 1815, corresponda pelo menos ao ano anterior (1814).

11. Ainda um valor para 1815, cujo somatório é da responsabilidade de Joel Serrão (op. cit.), dado o valor publicado em 1815 estar mal somado. Este cômputo consta do *Mappa Chronologico do Reino de Portugal e seus Dominios* de Lourenço de Mesquita Pimentel Sotto-Maior e Castro, que assina só com iniciais. De notar que o autor não fala em fogos e sim em “famílias”.
12. Tal como o anterior, este valor encontra-se no “Almanach Portuguez — Anno de 1826”. Nos valores que aí surgem discriminados por comarca, ele corresponde ao ano de 1820, no entanto, num quadro síntese do movimento da população entre 1815 e 1819, de onde retiramos também o valor de 1815, ele surge reportado a 1819. Optámos por esta última data dado o relatório de Franzini, que é transcrito no Almanach, especificar que os valores apresentados resultam do preenchimento, por todos os párocos do reino, de impressos em que tinham que declarar vários itens, ocorridos nos anos de 1815 a 1819.

O valor para os fogos é reproduzido no recenseamento de 1864, datado de 1820.

13. In “Almanach Portuguez — Anno de 1826”, correcção dos valores anteriores, acrescentando os militares e religiosos.
14. Somatório dos valores por concelho insertos nos Diários do Governo n.ºs 292 e 294 de 1836, e ditos de 1820. O total global apontado no D. G. n.º 292 é 791.725, mas o somatório feito por nós a partir dos valores concelhios é o que consta no quadro.
15. *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados Publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação de Camaras Legislativas*, 3ª Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, pp. 241 a 272. “Mappa dos Districtos Administrativos do Reino de Portugal, com o numero dos Julgados que contém, e sua respectiva população em Fogos pelo recenseamento de 1820, classificados segundo as relações a que pertencem da autoria do Ministro e Secretário d’Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça”, publicado a 7 de Agosto de 1835.

16. *Colleccao de Legislação Portuguesa das Côrtes de 1821 a 1823*, Lisboa Imprensa Nacional 1944, pp. 108 a 123. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 19 de Julho de 1822, “Mappa Geral das 26 Divisões Eleitoraes do Reino de Portugal, que provisoriamente devem servir para as eleições dos Deputados em Cortes, referida a população existente no anno de 1821”.
17. In recenseamento de 1890.
18. Balbi — *Variétés...*, pag. 74. Cálculo dedutivo reportado ao 1º de Janeiro de 1822.
19. Diário do Governo nº 240 de 12 de Outubro de 1835. O valor dos fogos surge também no Recenseamento de 1864 e os dos fogos e habitantes no de 1890.
20. Diário do Governo nº 172 de 23 de Julho de 1835, pp. 715 a 717. Em decreto de 25 de Abril de 1835, publicado na *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, 4ª Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, pp. 194 a 222, este quantitativo surge acrescido de 10 fogos. Valor referido também no recenseamento de 1864.
21. *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, segunda edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1930, pp. 29 a 33. Dados compilados por Manuel da Silva Passos, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 8 de Outubro de 1836.
22. Valor correspondente aos dados compilados por Manuel da Silva Passos, Secretário de Estados dos Negócios do Reino, sobre a Divisão Administrativa do Reino e publicado por decreto lei a 6 de Novembro de 1836, in *Collecção de Legislação Promulgada em 1836*, Lisboa, Typ. de Elias José da Costa Sanches, 1836, pp. 853 a CLXXIII.
23. *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes publicados no anno de 1838*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, pp. 117 a 130, Diário do Governo nº 86 — “Mappa dos circulos Eleitoraes, e número de Senadores, e de Deputados, que deve eleger cada um dos Districtos Administrativos, de que tracta o Artigo 10º da Lei Eleitoral.
24. Recenseamento de 1890, pp. LXII e LXIII, sempre referidos ao continente.

25. Marreca, António d'Oliveira *Parecer e Memória...*, 1854.

Todos os valores que fornece são segundo a sua opinião “pouco dignos de fé”.

Estes valores para os fogos e habitantes de 1838 estão inseridos no D.G. Nº 94 pag. 469 de 21 de Abril de 1840, e diz serem referidos ao princípio do ano de 1838.

26. Diário do Governo nº 309 de 28.12.1840, pp. 1719 a 1722.
27. Diário do Governo nº 169 de 19 de Julho de 1844, “Mappa Estatístico demonstrativo em resumo da Divisão Territorial, Civil, Judiciária e Ecclesiastica, e do movimento da sua respectiva população, segundo o censo feito no anno 1841, no Reino de Portugal, e Ilhas Adjacentes”.
28. Diário do Governo nº 59 de 10 de Março de 1842. O mapa anexo ao decreto eleitoral de 5 de Março de 1842, publicado por António Delgado da Silva na *Collecção Official de Legislação Portuguesa. Legislação de 1842 em diante*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, tem um somatório de mais 600 fogos. O valor que está no quadro é também obtido pelo somatório dos valores parciais inseridos nos Diários do Governo nº 104 a 108 de 5 a 9 de Maio de 1845.
29. Diário do Governo nº 192, pp. 766 de 1847.
30. Somatório nosso dos valores parciais inseridos no Diário do Governo nº 61 de 13 de Março de 1851, p. 301.
31. Diário do Governo nº 145 de 23 de Junho de 1851, p.683.
32. Segundo Bento Carqueja, *Povo Português*, p. 35, este valor para os habitantes foi contabilizado pelo Ministério do Reino até 26 de Agosto de 1854.
33. Valores da Secretaria dos Negócios do Reino inseridos no Diário do Governo de 28.12.1858.
34. Bento Carqueja, *Povo Português*, p. 35. O recenseamento de 1890 refere um valor idêntico a este — 3.584.677, ou seja com apenas mais 100 indivíduos.
35. Bento Carqueja, *Povo Português*, p. 35. Este mesmo valor é referido no recenseamento de 1890.

36. População de facto do continente.
37. Rec. 1878. População de facto do continente.
38. Rec. 1890. O total da população de facto do continente apresentado no recenseamento, não é coincidente com esta dado que o somatório das mulheres solteiras está errado e nós o corrigimos.
39. Rec. 1900. População de facto do continente.

Anexo II

GRÁFICO 1

DADOS SOBRE OS FOGOS DO CONTINENTE

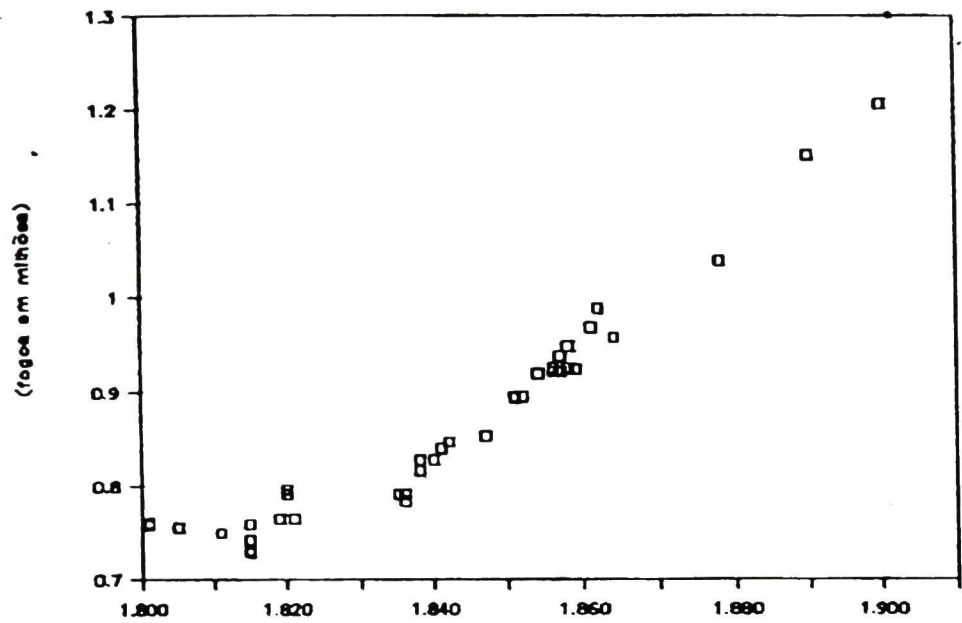


GRÁFICO 2

DADOS SOBRE A POPULAÇÃO DO CONTINENTE

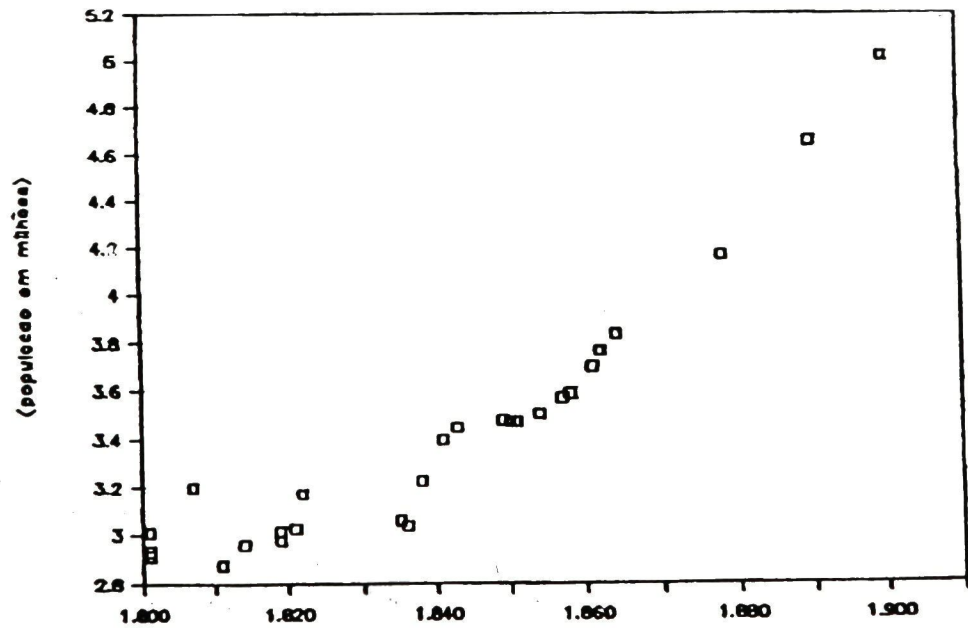


GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO CONTINENTE

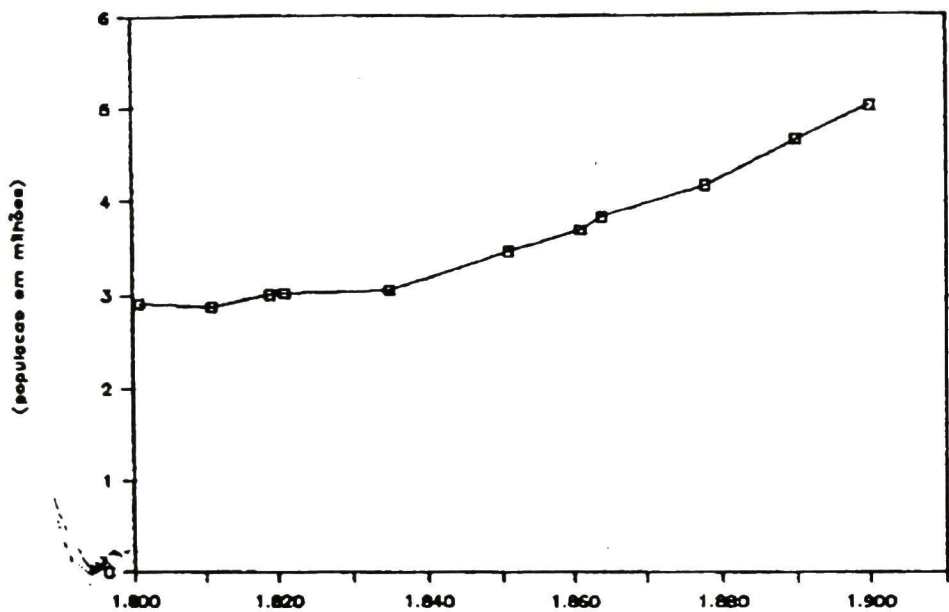


GRÁFICO 4

1801

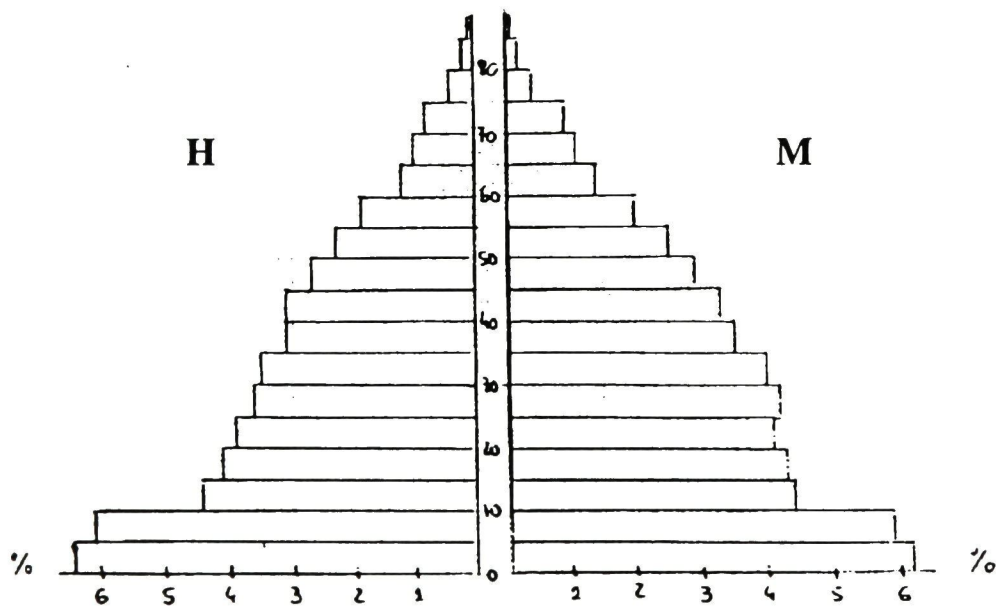


GRÁFICO 5

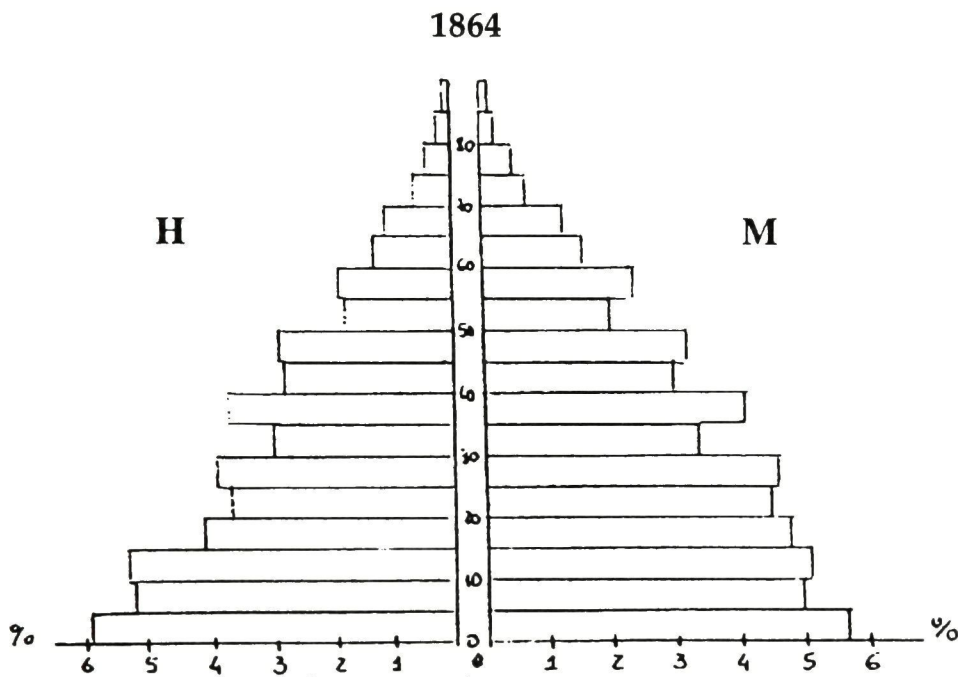


GRÁFICO 6

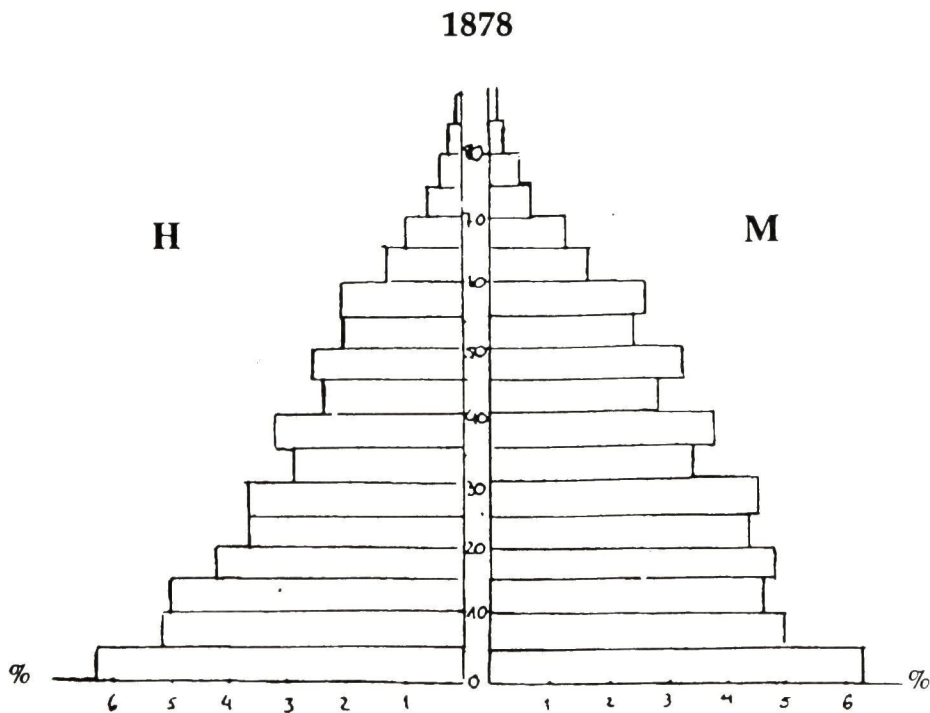


GRÁFICO 7

1890

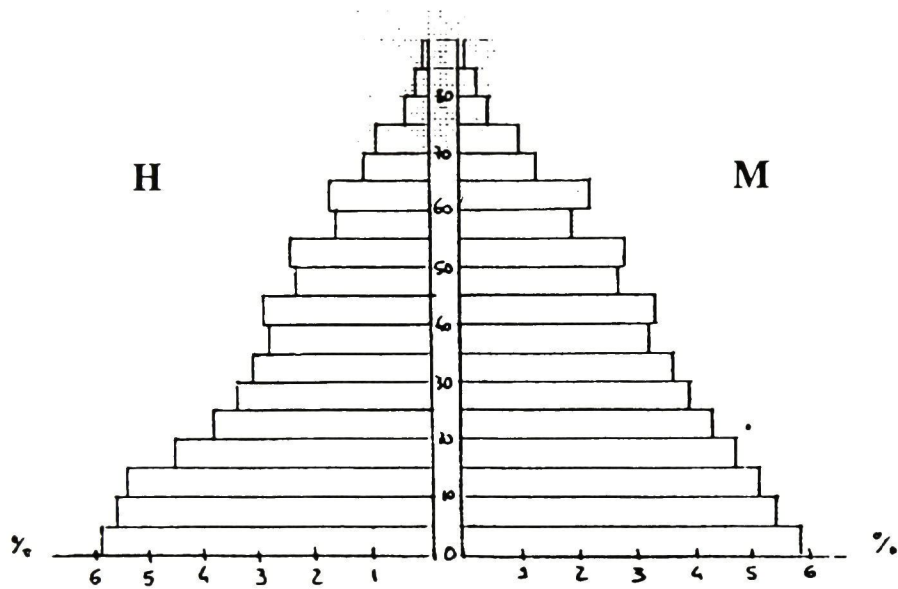


GRÁFICO 8

1900

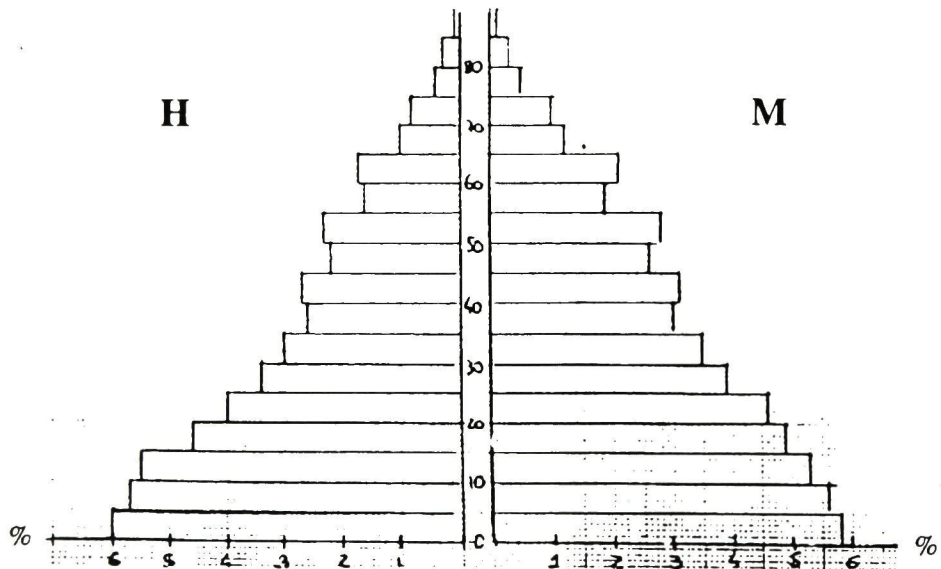


GRÁFICO 9

RELAÇÕES DE MASCULINIDADE — 1801

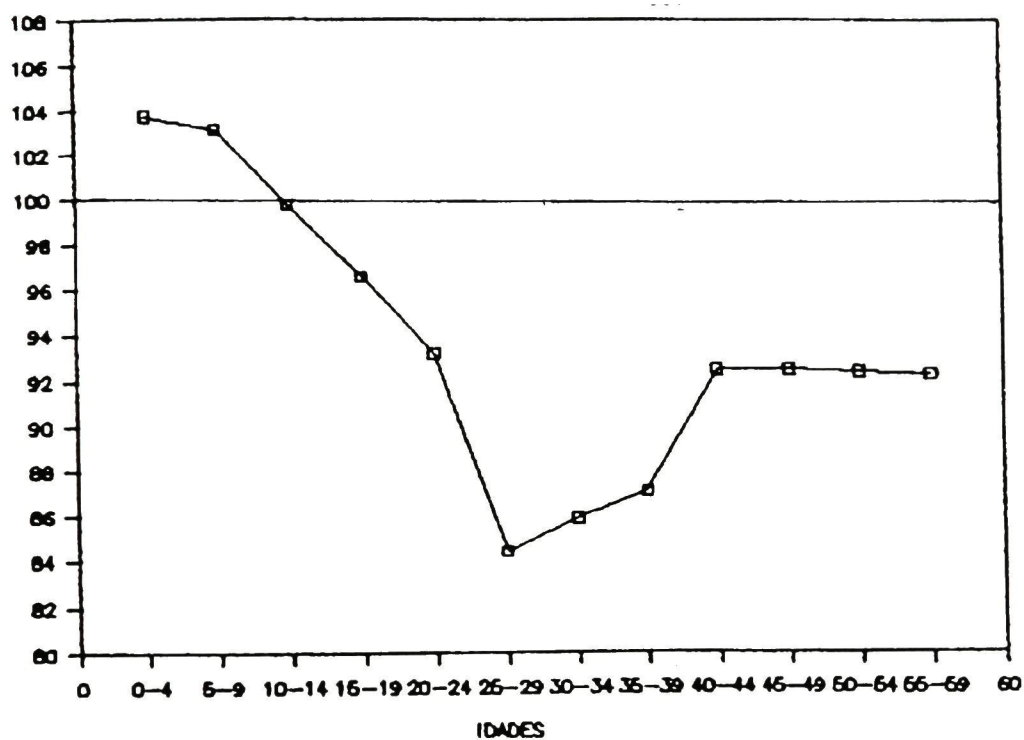


GRÁFICO 10

RELAÇÕES DE MASCULINIDADE — 1864

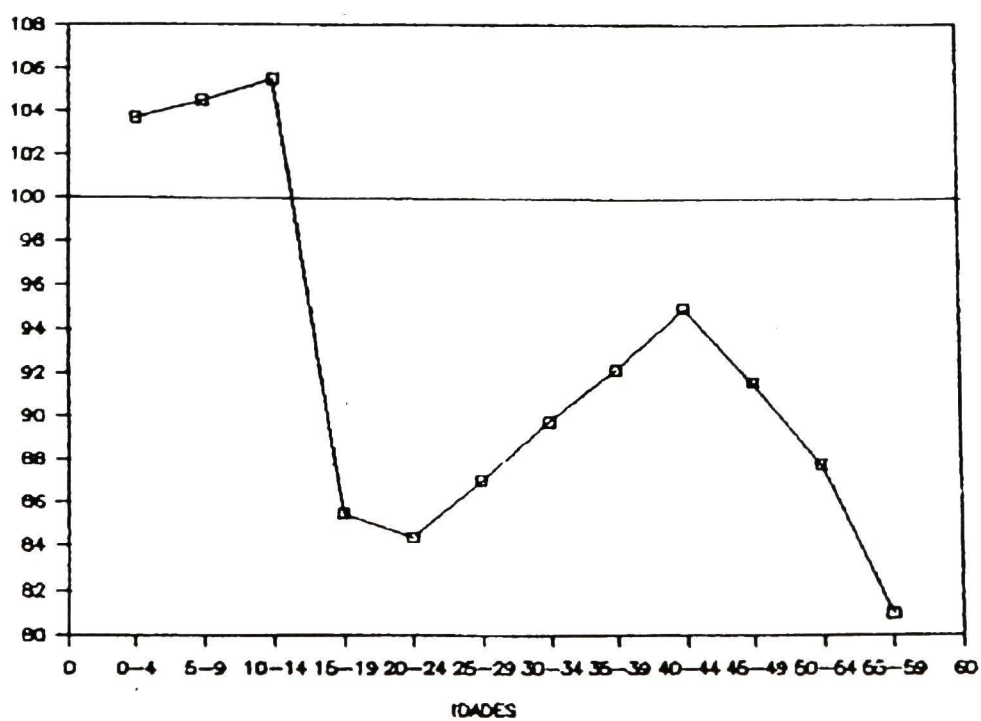


GRÁFICO 11

RELAÇÕES DE MASCULINIDADE — 1878

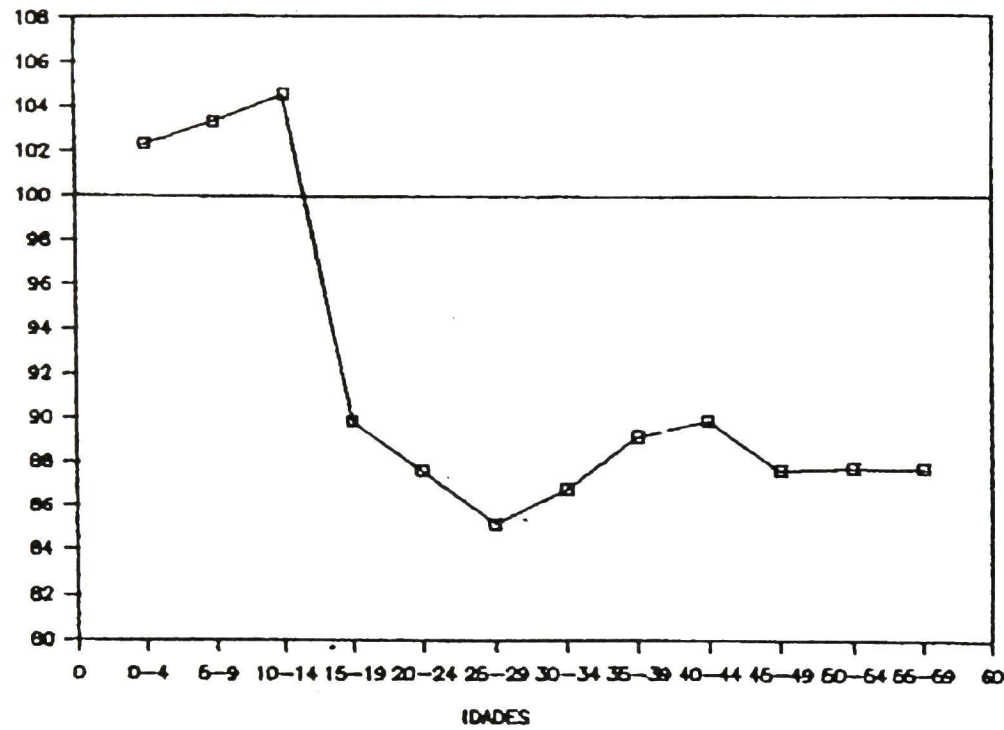


GRÁFICO 12

RELAÇÕES DE MASCULINIDADE — 1890

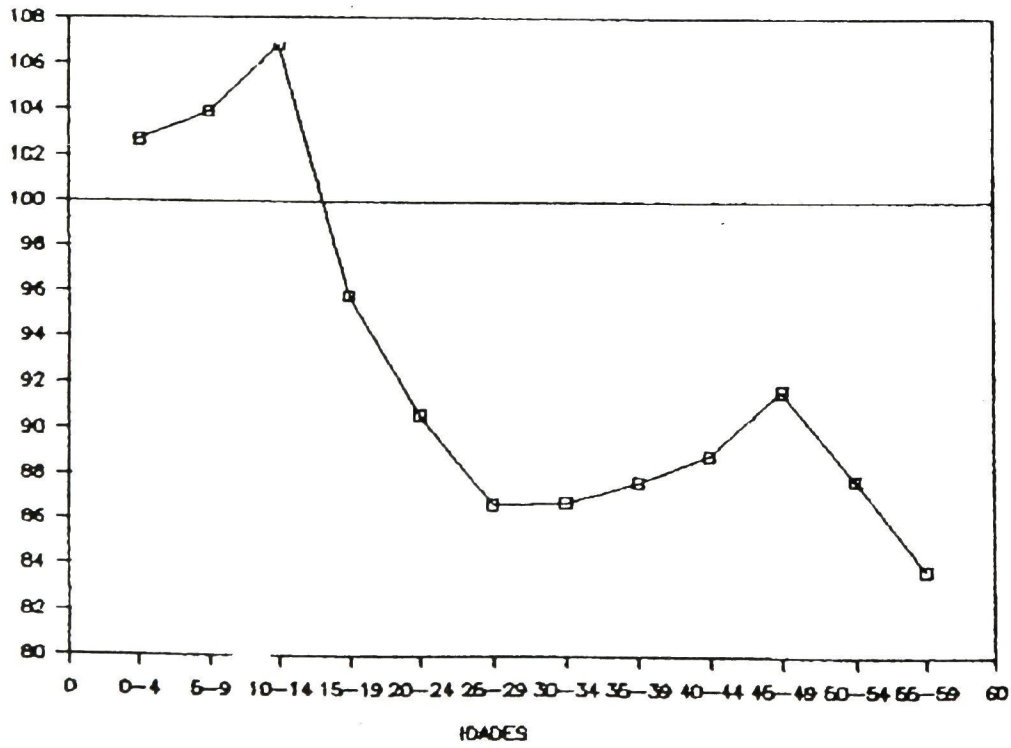
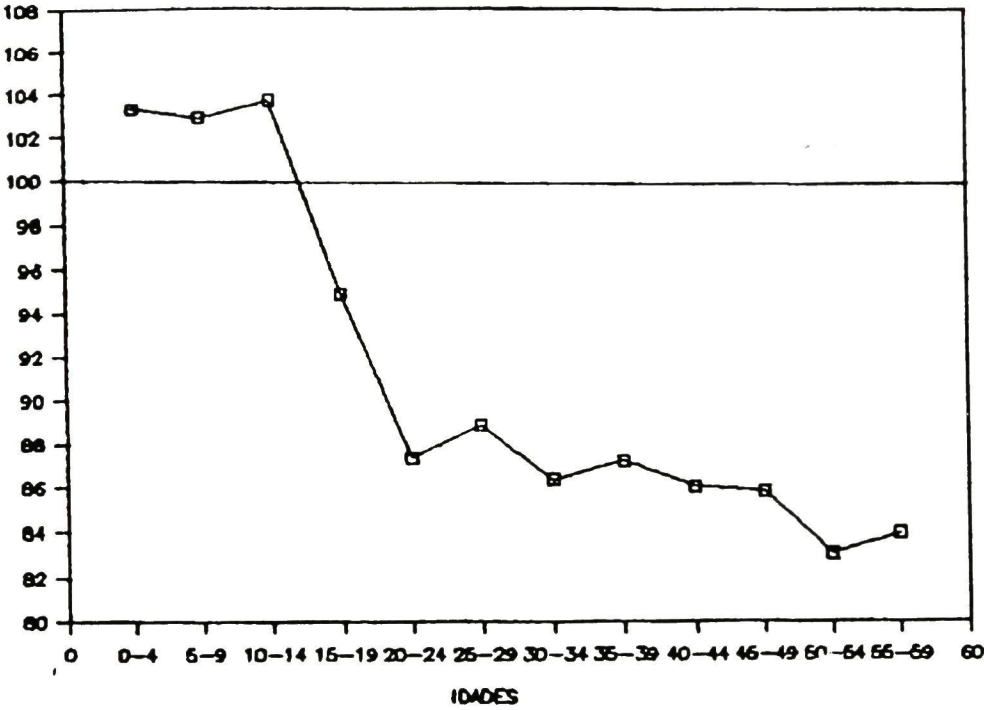


GRÁFICO 13

RELAÇÕES DE MASCULINIDADE — 1900



RECENSEAMENTO DE 1801
CONTINENTE
ESTRUTURA AJUSTADA

				Estrutura Relativa (%)			
Idades	H.	M.	HM.	H.	M.	HM.	R.M.
0 - 4	186861	180160	367021	6.4	6.2	12.5	103.7
5 - 9	178825	173448	352273	6.1	5.9	12.0	103.1
10 - 14	129443	129685	259128	4.4	4.4	8.9	99.8
15 - 19	121319	125555	246874	4.1	4.3	8.4	96.6
20 - 24	113194	121425	234619	3.9	4.1	8.0	93.2
25 - 29	103953	123114	227067	3.6	4.2	7.8	84.4
30 - 34	101084	117641	218725	3.5	4.0	7.5	85.9
35 - 39	89939	103214	193153	3.1	3.5	6.6	87.1
40 - 44	89498	96708	186206	3.1	3.3	6.4	92.5
45 - 49	78114	84462	162576	2.7	2.9	5.6	92.5
50 - 54	66730	72216	138946	2.3	2.5	4.7	92.4
55 - 59	55346	59970	115316	1.9	2.0	3.9	92.3
60 - 64	36532	39845	76377	1.2	1.4	2.6	91.7
65 - 69	30101	32852	62953	1.0	1.1	2.2	91.6
70 - 74	23671	25858	49529	0.8	0.9	1.7	91.5
75 +	17240	18865	36105	0.6	0.6	1.2	91.4
Total	1421850	1505018	2926868	48.6	51.4	100.0	94.5

Nota:

Os efectivos de 1801, 1864 e 1878 foram sujeitos a um ajustamento para grupos de idade quinquenais, tendo-se ainda procedido à distribuição proporcional da população de idade desconhecida em todos os recenseamentos da 2ª metade do Século.

Os totais de população que surgem nestes quadros, não correspondem aos valores globais seleccionados, dado que, para esses casos, não dispunhamos de informações sobre a estrutura etária.

Por outro lado, os ajustamentos acima referidos introduzem uma pequena margem de erro aos valores totais.

RECENSEAMENTO DE 1864
CONTINENTE
ESTRUTURA AJUSTADA

Idades	H.	M.	HM.	Estrutura Relativa (%)			R.M.
				H.	M.	HM.	
0 - 4	223916	215918	439834	5.8	5.6	11.5	103.7
5 - 9	198854	190265	389119	5.2	5.0	10.1	104.5
10 - 14	202773	192256	395029	5.3	5.0	10.3	105.5
15 - 19	157429	184215	341645	4.1	4.8	8.9	85.5
20 - 24	146429	173521	319950	3.8	4.5	8.3	84.4
25 - 29	152985	175793	328777	4.0	4.6	8.6	87.0
30 - 34	116154	129490	245644	3.0	3.4	6.4	89.7
35 - 39	145702	158268	303970	3.8	4.1	7.9	92.1
40 - 44	110607	116517	227124	2.9	3.0	5.9	94.9
45 - 49	112552	123069	235622	2.9	3.2	6.1	91.5
50 - 54	67694	77169	144863	1.8	2.0	3.8	87.7
55 - 59	73628	90877	164505	1.9	2.4	4.3	81.0
60 - 64	50565	59361	109926	1.3	1.5	2.9	85.2
65 - 69	41123	49723	90847	1.1	1.3	2.4	82.7
70 - 74	21446	25396	46842	0.6	0.7	1.2	84.4
75 +	24639	30576	55214	0.6	0.8	1.4	80.6
Total	1846497	1992414	3838910	48.1	51.9	100.0	92.7

RECENSEAMENTO DE 1878
CONTINENTE
ESTRUTURA AJUSTADA

Idades	H.	M.	HM.	Estrutura Relativa (%)			R.M.
				H.	M.	HM.	
0 - 4	264401	258451	522852	6.3	6.2	12.5	102.3
5 - 9	218106	211103	429209	5.2	5.0	10.3	103.3
10 - 14	203189	194361	397550	4.9	4.6	9.5	104.5
15 - 19	178845	199255	378099	4.3	4.8	9.0	89.8
20 - 24	159897	182433	342330	3.8	4.4	8.2	87.6
25 - 29	159262	186869	346130	3.8	4.5	8.3	85.2
30 - 34	125249	144286	269535	3.0	3.4	6.4	86.8
35 - 39	143797	161401	305198	3.4	3.9	7.3	89.1
40 - 44	105068	117066	222134	2.5	2.8	5.3	89.8
45 - 49	116237	132647	248884	2.8	3.2	5.9	87.6
50 - 54	87193	99435	186628	2.1	2.4	4.5	87.7
55 - 59	94101	107359	201460	2.2	2.6	4.8	87.7
60 - 64	59524	65500	125024	1.4	1.6	3.0	90.9
65 - 69	43373	52234	95607	1.0	1.2	2.3	83.0
70 - 74	23003	28613	51617	0.5	0.7	1.2	80.4
75 +	27645	36189	63834	0.7	0.9	1.5	76.4
Total	2008889	2177202	4186091	48.0	52.0	100.0	92.3

RECENSEAMENTO DE 1890
CONTINENTE
ESTRUTURA AJUSTADA

				Estrutura Relativa (%)			R.M.
Idades	H.	M.	HM.	H.	M.	HM.	
0 - 4	277688	270442	548130	6.0	5.8	11.8	102.7
5 - 9	261854	251975	513829	5.6	5.4	11.0	103.f
10 - 14	250516	234531	485047	5.4	5.0	10.4	106.8
15 - 19	209449	218622	428071	4.5	4.7	9.2	95.8
20 - 24	178915	197422	376337	3.8	4.2	8.1	90.6
25 - 29	158196	182559	340755	3.4	3.9	7.3	86.7
30 - 34	144850	166861	311711	3.1	3.6	6.7	86.8
35 - 39	129699	147807	277506	2.8	3.2	6.0	87.7
40 - 44	135125	152079	287204	2.9	3.3	6.2	88.9
45 - 49	109106	119009	228115	2.3	2.6	4.9	91.7
50 - 54	112453	128128	240581	2.4	2.8	5.2	87.8
55 - 59	71774	85659	157433	1.5	1.8	3.4	83.8
60 - 64	86485	100107	186592	1.9	2.2	4.0	86.4
65 - 69	52513	60138	112651	1.1	1.3	2.4	87.3
70 - 74	40519	47354	87874	0.9	1.0	1.9	85.6
75 +	32161	40097	72258	0.7	0.9	1.6	80.2
Total	2251303	2402792	4654095	48.4	51.6	100.0	93.7

RECENSEAMENTO DE 1900
CONTINENTE
ESTRUTURA AJUSTADA

				Estrutura Relativa (%)			
Idades	H.	M.	HM.	H.	M.	HM.	R.M.
0 - 4	298258	288715	586973	5.9	5.8	11.7	103.3
5 - 9	286124	277988	564112	5.7	5.5	11.2	102.9
10 - 14	275342	265645	540988	5.5	5.3	10.8	103.7
15 - 19	233422	245848	479270	4.7	4.9	9.6	94.9
20 - 24	202462	231754	434216	4.0	4.6	8.7	87.4
25 - 29	173059	194578	367637	3.4	3.9	7.3	88.9
30 - 34	151486	175261	326746	3.0	3.5	6.5	86.4
35 - 39	132385	151642	284027	2.6	3.0	5.7	87.3
40 - 44	135274	157175	292449	2.7	3.1	5.8	86.1
45 - 49	110625	128875	239500	2.2	2.6	4.8	85.8
50 - 54	115501	138916	254417	2.3	2.8	5.1	83.1
55 - 59	79872	95101	174973	1.6	1.9	3.5	84.0
60 - 64	85426	104935	190361	1.7	2.1	3.8	81.4
65 - 69	47308	57975	105282	0.9	1.2	2.1	81.6
70 - 74	38464	50522	88986	0.8	1.0	1.8	76.1
75 +	37102	49228	86330	0.7	1.0	1.7	75.4
Total	2402112	2614156	5016267	47.9	52.1	100.0	91.9